



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE EDUCAÇÃO**

**SUBSTITUTIVO ADOTADO PELA CE
AO PROJETO DE LEI Nº 2.381, DE 2011**

Institui o Programa Caminho da Escola.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Caminho da Escola, que consiste na aquisição, por meio de pregão eletrônico para registro de preços realizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, de veículos padronizados para o transporte escolar.

Art. 2º São objetivos do Programa Caminho da Escola:

- I – ampliar e renovar a frota de veículos escolares;
- II – garantir a segurança e qualidade do transporte de alunos;
- III – assegurar o transporte diário dos alunos da educação básica do campo.

Art. 3º Os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão participar do Programa por meio de:

- I – adesão ao pregão com utilização de recursos próprios;
- II – convênio firmado com o FNDE;
- III – financiamento por linha de crédito especial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para aquisição de ônibus zero quilômetro e embarcações novas, respeitadas as especificações definidas em regulamento.

Parágrafo único. As diretrizes, orientações e condições





CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios sejam habilitados ao Programa Caminho da Escola serão definidas em regulamento.

Art. 4º O Programa Caminho da Escola poderá implantar a modalidade de apoio à ampliação e renovação da frota de transporte escolar, repassando, anualmente, recursos financeiros para a aquisição de veículo escolar zero quilômetro aos Estados, Municípios e ao Distrito Federal, sempre que esses entes demonstrarem necessidade e, exclusivamente, se apresentarem como contrapartida a aquisição de veículo de mesmas características com recursos próprios.

Art. 5º O apoio financeiro de que trata o art. 4º desta Lei fica limitado ao montante dos recursos financeiros consignados na Lei Orçamentária Anual para esse fim, acrescida das suplementações, quando autorizadas, e submetidas à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 11 de dezembro de 2013.

Deputado GABRIEL CHALITA
Presidente

Versão atualizada em 14 de novembro de 2024, em virtude de incorreção no documento anterior.

Deputado NIKOLAS FERREIRA
Presidente

